

Sentidos de integração curricular na comunidade disciplinar de Ciências da Natureza (2011-2015)

Meanings of curricular integration in the disciplinary community of Natural Sciences (2011-2015)

Heloize Charret

Universidade Federal do Rio de Janeiro
heloizecharret@gmail.com

Gabriel Brasil

Universidade Federal do Rio de Janeiro
gabriel.brasil.88@gmail.com

Marcia Serra Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro
marciaserraferreira@gmail.com

Resumo

Este trabalho teve como objetivo analisar os sentidos de *integração curricular* que vêm se delineando na comunidade disciplinar de Ciências da Natureza, no bojo das reformas curriculares voltadas, no tempo presente, para o Ensino Médio no Brasil. Nele, investigamos os discursos veiculados nos trabalhos apresentados na linha temática ‘Currículo e Educação em Ciências’ nas três últimas edições do ENPEC, entre 2011 e 2015, quando a linha temática teve início. No diálogo com o campo do Currículo, buscamos descritores associados à noção de *integração curricular* nos títulos, palavras-chave e resumos. Nossas análises indicaram os sentidos de integração curriculares sendo associados, predominantemente, às noções de *interdisciplinaridade* e *abordagem temática*. Tal movimento caracteriza a produção de enunciados capazes de adaptar as propostas da reforma em uma perspectiva metodológica, na qual sentidos de *integração curricular* podem se estabelecer em meio à organização disciplinar, garantindo, assim, a estabilidade curricular em meio às mudanças propostas.

Palavras-chave: currículo, integração curricular, interdisciplinaridade, comunidade disciplinar, políticas de currículo.

Abstract

This study aimed to analyze the meanings of *curricular integration* that have been outlined in the disciplinary community of Nature Sciences, in the context of curricular reforms focused, in the present time, on Brazilian High School. We investigated this discourses in the papers presented in the thematic line 'Curriculum and Education in Sciences' in the last three editions of ENPEC, between 2011 and 2015. Dialoguing with the Curriculum field, we search for descriptors associated with the notion of *curricular integration* in titles, keywords and abstracts. Our analysis indicated the meanings of *curricular integration* being predominantly associated to the notions of *interdisciplinarity* and *thematic approach*. This movement

characterizes the production of statements capable of adapting the proposals of the reform in a methodological perspective, in which the meanings of *curricular integration* can be established in the middle of the disciplinary organization, ensuring curricular stability amidst the proposed changes.

Key words: curriculum, curriculum integration, interdisciplinarity, disciplinary community, curriculum policies.

Introdução

A publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998), em 1998, marca o início de um período intenso de reforma do ensino médio no Brasil. Na proposta dessa reforma, conceitos como *habilidade*, *competência*, *interdisciplinaridade* e *contextualização* passam, de modo explícito, a disputar espaço com a organização disciplinar na constituição dos currículos. De forma paralela, inicia-se o embate entre as noções de *área de conhecimentos* e de *disciplina escolar*, essa última a estrutura que tem sido hegemônica na organização dos currículos no ensino básico nacional (SOBREIRA, 2012a; 2012b).

Desde então, várias políticas públicas vem reafirmando a *integração curricular* como um caminho para a educação nacional, de forma geral, e para o Ensino Médio, em especial. Como exemplos desse movimento temos: o Exame Nacional do Ensino Médio, implementado em 1998 e remodelado em 2009; as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2012); o programa Ensino Médio Inovador (BRASIL, 2009 e 2013).

As reformas de currículo são de grande relevância não somente para a compreensão da forma como conteúdos e disciplinas serão ministrados, mas, principalmente, como proposto por Lopes (2004), por representarem o coração das reformas educacionais. Afinal, elas ditam a elaboração da legislação sobre o ensino, a formação de professores, a gestão de escolas e as formas de financiamento para a educação. Entender tais reformas significa, portanto, entender os processos de seleção e produção de saberes, visões de mundo, habilidades, valores, símbolos, significados, ou seja, significa construir sentidos sobre a cultura que estabelece *o que deve e o que não deve* ser ensinado, bem como seus objetivos (LOPES, 1999).

É nesse contexto de reformas que, no presente trabalho, temos como objetivo analisar os sentidos de *integração curricular* que vem sendo produzidos e fixados em meio às reformas curriculares para o ensino médio no Brasil. Para realizar essa tarefa, investigamos os discursos que tem sido veiculados pela comunidade disciplinar de Ciências da Natureza nas atas do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC). Optamos por analisar os textos apresentados na linha temática ‘Currículo e Educação em Ciências’, entre 2011 (ano em que essa linha passou a figurar de forma destacada nos anais do evento) e 2015. A escolha do ENPEC toma como referência o fato de que este é o evento de maior prestígio na área, em âmbito nacional, reunindo as comunidades disciplinares de ensino de Biologia, ensino de Física e ensino de Química, que constituem a área de Ciências da Natureza.

Na perspectiva da epistemologia social da educação (POPKEWITZ, 2011), a forma como o conhecimento se organiza no processo de escolarização estabelece a maneira como nos constituímos e como respondemos ao mundo. No diálogo com os escritos de Foucault, Popkewitz (2011, p. 174) afirma que “os esforços para organizar o conhecimento escolar como currículo constituem formas de regulação social, produzidas através de estilos privilegiados de raciocínio”. Isso significa que “aquilo que está inscrito no currículo não é apenas informação – a organização do conhecimento corporifica formas particulares de agir, sentir, falar e *ver* o mundo e o *eu*” (POPKEWITZ, 2011, p. 174, *grifos originais*).

Assumindo tal perspectiva, entendemos que a *integração curricular* faz parte de um processo de ‘fazer’ o currículo que regula *quem* nós somos e o que *devemos* (ou *não*) ensinar. A partir da perspectiva do ciclo de políticas descrito por Ball & Bowe (1992), é possível perceber as disputas por significar a *integração curricular*, em meio à organização disciplinar tradicionalmente hegemônica nos currículos escolares, como um processo que não acontece unilateral e verticalmente, partindo do Estado. Diferentemente, tais disputas se dão em diferentes contextos: o *contexto de influência*, onde as definições políticas se iniciam e os discursos políticos começam a ser produzidos; o *contexto de definição dos textos políticos*, onde atua o poder central propriamente dito, elaborando e disseminando definições políticas; o *contexto da prática*, onde esses sentidos são também produzidos e reinterpretados em instituições como universidades e escolas. Estes contextos compõem um ciclo contínuo de produção das políticas, pois todos apresentam um papel (não-linear) na construção curricular e exercem forças que podem produzir rearranjos e ressignificações nos outros contextos, ainda que, neles e entre eles, as relações de poder atuem de forma assimétrica.

Defendemos que a adoção do ciclo de políticas possibilita desalojar as políticas de currículo do lugar de prestígio que as pesquisas curriculares têm reservado para elas, desnaturalizando-as e compreendendo-as como parte da nossa ação cotidiana. Isso significa compreender o papel que as comunidades disciplinares desempenham na produção das políticas, evidenciando a circulação de valores e de conceitos no meio “acadêmico por meio de periódicos, livros, conferências e ‘performances’ de acadêmicos que viajam para vários lugares para expor suas ideias” (MAINARDES, 2006, p. 52, *grifo original*). No presente texto, como já explicitado, assumimos as atas do ENPEC como superfícies textuais que produzem e disseminam significados de e para a integração curricular em meio aos acordos e embates que se dão entre o ensino de Biologia, o ensino de Física e o ensino de Química.

Lentes teóricas

Para analisar o processo de integração curricular, em especial, no que diz respeito a área de Ciências da Natureza, propomos articular as formulações teóricas advindas da História do Currículo e das Disciplinas (GOODSON, 1995 e 1997; POPKEWITZ, 2001 e 2011) com aquelas das Políticas de Currículo (BALL & BOWE, 1992). Tal articulação vem se mostrando frutífera no *Grupo de Estudos em História do Currículo*, no âmbito do Núcleo de Estudos de Currículo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEC/UFRJ), para a construção de uma abordagem discursiva para os estudos na área (FERREIRA, 2013 e 2015).

Essa articulação assume, a partir dos diálogos de Goodson (1995, 1997) com Hobsbawm, a concepção de currículo como “tradição inventada” (HOBSBAWM, 2008, p.9), entendendo que este, no tempo presente, vem produzindo políticas de currículo em variados contextos, em meio a jogos de saber e poder (BALL & BOWE, 1992). Inspirados em Foucault (2012a e 2012b) e alguns de seus interlocutores no campo do Currículo (FISCHER, 2012; POPKEWITZ, 2001 e 2011; SOMMER, 2007), entendemos que o processo de desenvolvimento do currículo se estabelece como uma prática discursiva (FOUCAULT, 2012a) que produz mecanismos de regulação social. A escolha desse caminho teórico-metodológico implica em focalizar os processos de transformação e mudança em meio às estabilidades curriculares, entendendo a inovação curricular não como o rompimento com um passado tradicional a ser superado, mas como um movimento contínuo no qual os embates se dão no âmbito do discurso, produzindo, de modo relacional, aquilo que definimos como *novo* em meio ao que significamos como *tradicional*. Afinal, como já enunciado em Ferreira (2005 e 2007), as inovações curriculares se tornam possíveis em meio às estabilidades que se estabelecem no âmbito escolar.

No caso da *integração curricular* na área de Ciências da Natureza, tal como proposta nos documentos curriculares para o Ensino Médio brasileiro, entendemos que focalizar a inovação curricular representada por esse processo significa analisar o confronto entre essa nova organização disciplinar e as tradições estabelecidas pelas disciplinas escolares que a compõem – a Biologia, a Física e a Química – em meio a comunidades disciplinares que são, no sentido proposto por Goodson (1997), plurais e heterogêneas. Afinal, para esse autor, as comunidades disciplinares devem ser compreendidas como um movimento social que envolve embates de variadas tradições, as quais são representadas por grupos distintos. Santos (2010, p. 75), inspirado em Goodson (1997), esclarece que cada uma delas é “um grupo constituído por indivíduos, imbuídos de uma gama variável de missões ou imersos em distintas tradições, que se reúnem em torno de um campo disciplinar específico”. De acordo com Goodson (1997, p. 44), esses diversos grupos, que se organizam em torno das disciplinas escolares, “desenvolvem-se frequentemente nos períodos em que se intensifica o conflito sobre currículo, recursos, recrutamento e formação”.

Utilizando a proposta teórico-metodológica de Jaehn & Ferreira (2012), é possível ressignificar o sentido de disciplina como um amálgama mutável de tradições e grupos, tal como formulado por Goodson (1995), com a noção de disciplina como tecnologia social, que produz efeitos de poder (POPKEWITZ, 2011). Nessa perspectiva, o poder não deve ser visto como uma estrutura localizada, que se exerce de forma vertical, mas sim, como proposto por Foucault (1979), como uma teia que se espalha por todo o tecido social, em todas as relações, manifestando-se por meio dos mais variados discursos. Considerando a relação entre saber e poder estabelecida por esse autor, entendemos que “o poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2012b, p. 30).

A articulação entre saber e poder estabelecida por Foucault (1979, 2012b) e presente nas propostas de Popkewitz (2011), em diálogo com o conceito de comunidade disciplinar (GOODSON, 1997) tornam possível pensar uma abordagem discursiva para investigar os mecanismos historicamente utilizados, pelos diversos subgrupos e facções, para normalizar o conhecimento. Nesse movimento, percebemos as disputas que são travadas no âmbito das comunidades disciplinares como responsáveis por estabelecer as regras e os padrões que autorizam as *verdades* que *podem* ser veiculadas nos currículos escolares.

No que se refere à área de Ciências da Natureza, como já mencionado, esta se compõe de conhecimentos oriundos de disciplinas escolares historicamente fixadas nos currículos do ensino médio brasileiro – a Biologia, a Física e a Química –, estando marcada por inúmeros embates “em relação a *status*, recursos e território” (GOODSON, 1995, p. 120). Afinal, a estabilização de uma inovação curricular como a área de Ciências da Natureza representa uma perda de prestígio para as referidas disciplinas escolares, em um processo que pode resultar, ao longo do tempo, na invenção de uma outra tradição curricular. Nesse sentido, analisar essa outra comunidade disciplinar como uma comunidade discursiva, observando os significados que circulam nos textos, por exemplo, da pesquisa em Ensino de Biologia, Física e Química sobre as propostas de integração curricular, parece ser uma iniciativa promissora para compreender como esses grupos, em meio às relações de saber e poder, têm influenciado as (e sido influenciados pelas) políticas de integração curricular.

Construção empírica da pesquisa

Para acessar os discursos sobre integração curricular veiculados pela comunidade disciplinar da área de Ciências da Natureza, optamos por selecionar trabalhos vinculados a linha temática

‘Currículo e Educação em Ciências’ desde a sua emergência no ENPEC de 2011, até a última edição do evento, em 2015. Tal escolha foi motivada, como já mencionado anteriormente, pelo fato de esse evento reunir, em caráter nacional, pesquisadores das três comunidades disciplinares associadas a área de Ciências da Natureza. Além disso, consideramos que, ainda que possam existir trabalhos versando sobre integração curricular em outras linhas temáticas do evento, a linha ‘Currículo e Educação em Ciências’ reúne as pesquisas cujos autores se identificam como pertencentes ao campo do Currículo, o que para nós, é importante para identificarmos também os sentidos de currículo que vem sendo construídos na área.

Para a seleção dos trabalhos, buscamos, inicialmente, pelos descritores *integração curricular*, *interdisciplinaridade*, *transversalidade* e *transdisciplinaridade* nos títulos, resumos e palavras-chave. No entanto, na medida em que o levantamento avançava, percebemos que, em alguns dos trabalhos selecionados, os termos *abordagem temática*, *situações de estudo* e *temas geradores* figuravam associados às pesquisas voltadas para a integração curricular. Como iremos explicar mais adiante, sentimos a necessidade, então, de ampliar os descritores inicialmente utilizados, incluindo também esses outros termos no nosso arquivo de pesquisa.

Análise dos dados: delineando sentidos

Na página oficial da última edição do ENPEC, realizado em 2015, constam na linha temática ‘Currículo e Educação em Ciências’ terem sido aceitos 53 trabalhos. Nos anais do evento, no entanto, estão presentes apenas 45 textos, o que se explica pelo fato de o ENPEC somente publicar aqueles que foram efetivamente apresentados. Este dado é importante quando comparado com o volume de trabalhos apresentados em linhas temáticas mais tradicionais do evento, como ‘Formação de Professores de Ciências’; nesta, também em 2015, foram aceitos 282 trabalhos. Aqui é possível perceber como a linha temática que escolhemos analisar ainda é, de certa forma, pouco procurada no ENPEC, o que evidencia como as discussões de e sobre currículo ainda não são preponderantes nas pesquisas sobre ensino de Ciências no país.

No que tange a nossa análise, especificamente, estas informações introdutórias se fazem relevantes ao tornar visível como uma quantidade aparentemente reduzida de trabalhos destacados a partir das palavras-chave com que escolhemos operacionalizar nosso levantamento pode se mostrar significativa. Afinal, como é possível observar na Tabela 1, o percentual de textos que abordou a *integração curricular* se manteve constante desde 2011, com uma média de 20,6% do total de produções apresentadas nos últimos três eventos.

Tabela 1 – Percentual de trabalhos selecionados em ‘Currículo e Educação em Ciências’

ENPEC	Trabalhos aceitos	Trabalhos selecionados	%
VIII (2011)	041	009	21,9
IX (2013)	030	006	20,0
X (2015)	045	008	20,0
Total	116	023	20,6

Fonte: autoria própria

Como já citado anteriormente, o levantamento inicial utilizou como descritores *integração curricular* (IC), *interdisciplinaridade* (ID), *transdisciplinaridade* (TD) e *transversalidade* (TV). Tal escolha, em detrimento de outras tantas possíveis, se deu devido a forte relação que esses termos possuem com algumas das importantes diretrizes dos PCN que ampliaram a discussão sobre integração curricular – como *interdisciplinaridade* e os *temas transversais* –, assim como as subsequentes políticas públicas que vem reafirmando esta tendência no âmbito

nacional, como, por exemplo, a reconfiguração do ENEM em 2009. Na análise, optamos por investigar aqueles estudos que se reconhecem investigando a temática da *integração curricular* por meio do uso dos referidos descritores em títulos, palavras-chave e resumos. Afinal, percebemos que estas seções servem como um mostruário onde os autores podem expor aquilo que julgam mais relevante de ser destacado em suas pesquisas. Assumimos, então, que tais escolhas são importantes e produzem sentidos a serem investigados.

Ao longo do processo, vimos assumindo a necessidade de uma expansão e reconfiguração dos parâmetros com os quais havíamos operado inicialmente, com novos descritores emergindo de modo significativo para a análise. A quantidade de trabalhos que foram destacados com o primeiro conjunto de termos tenha sido já relevante, com aproximadamente 10% do total de textos apresentados nesta linha temática nos últimos três eventos. Foi possível perceber, entretanto, a recorrência de alguns termos nos títulos e/ou resumos que se encontravam frequentemente associadas aos descritores previamente estabelecidos, mais notadamente *abordagem temática* (AT), *situações de estudo* (SE) e *temas geradores* (TG). A incorporação desse conjunto de descritores em um segundo levantamento pode ser evidenciada na Tabela 2.

Tabela 2 – Número de trabalhos em ‘Currículo e Educação em Ciências’

ENPEC	Trabalhos aceitos	Inicialmente selecionados por meio dos descritores IC, ID, TD e TV	Selecionados com os novos descritores AT, SE e TG
VIII (2011)	041	003	006
IX (2013)	030	003	003
X (2015)	045	004	004
Total	116	010	013

Fonte: autoria própria

Após o levantamento estendido, buscamos destacar, na Tabela 3, a predominância dos termos que foram escolhidos, pelos autores, para indicar a vinculação de suas produções com a linha temática ‘Currículo e Educação em Ciências’. Ressaltamos que algumas produções apresentaram mais de um descritor, o que fez crescer o número total de trabalhos nessa tabela.

Tabela 3 – Ocorrência dos descritores nos trabalhos em ‘Currículo e Educação em Ciências’

Ano	IC	ID	TD	TV	AT	SE	TG
2011	0	2	0	2	3	2	0
2013	1	3	1	0	2	1	0
2015	4	3	0	0	4	0	2
Total	5	8	1	2	9	3	2

Fonte: autoria própria

Na análise, podemos observar que a maior parte das produções significam a integração curricular por meio da *interdisciplinaridade* ou da *abordagem temática*. É importante destacar que tais descritores, especialmente o descritor *interdisciplinaridade*, são relevantes para a análise da construção de sentidos de integração curricular pela comunidade disciplinar de Ciências da Natureza, não apenas pela frequência com que surgiram em nosso levantamento, mas, principalmente, por terem figurado muitas vezes junto a outros descritores como sinônimos ou termos explicativos para os mesmos, como indicamos na tabela a seguir.

Tabela 4 – N° de trabalhos com descritores combinados em ‘Currículo e Educação em Ciências’

Descritores	Trabalhos
-------------	-----------

ID x IC	4
ID x AT	1
ID x SE	1
AT x SE	1
AT x TG	1

Fonte: autoria própria

Quanto à temática que esses trabalhos escolhem para a promoção de diálogos com a noção de integração curricular, observamos que os textos relacionados aos descritores *interdisciplinaridade* e *integração curricular* versavam, predominantemente, sobre as políticas de integração curricular ou sobre o currículo de forma explícita. Já os textos mais centralmente relacionados ao descritor *abordagem temática* versavam sobre conteúdos típicos do currículo das disciplinas de Ciências da Natureza, implementados em situações de ensino por meio de uma abordagem por temas, caracterizando exemplos de práticas nas quais os conceitos centrais das políticas de *integração curricular* parecem ser aplicados através do trabalho de uma disciplina específica, ou da colaboração entre algumas disciplinas.

Considerações finais

Nossa análise, ainda que preliminar, demonstra que a noção de *integração curricular* vem se estabelecendo, em meio a comunidade disciplinar que compõe a área de Ciências da Natureza, associada ao significante *interdisciplinaridade*. Isso se evidencia ainda mais quando buscamos por trabalhos que investigam políticas públicas ou que versam sobre o currículo de forma explícita. Isso indica que o discurso de valorização à *interdisciplinaridade*, que é inaugurado com os PCN (BRASIL, 1998) e reafirmado como princípio para a organização curricular nas DCNEM (BRASIL, 2012), vem se configurando como um sinônimo de *integração curricular* em meio a comunidade disciplinar de Ciências da Natureza.

O expressivo número de trabalhos relacionados ao descritor *abordagem temática* voltados para situações específicas de ensino ou para temáticas típicas dos currículos das disciplinas que compõem a área de Ciências da Natureza, parece sugerir que esse descritor associa-se a uma perspectiva de currículo comprometida fortemente com a dimensão dos conteúdos disciplinares. Tal movimento caracteriza a produção de enunciados capazes de adaptar as propostas da reforma em uma perspectiva metodológica, na qual a *abordagem temática* e a *interdisciplinaridade* podem se estabelecer em meio à organização disciplinar, garantindo, assim, a estabilidade das disciplinas em meio às propostas de integração curricular.

Ainda que possamos concluir que a *interdisciplinaridade* e a *abordagem temática* venham significando a *integração curricular* nos discursos que circulam em meio à comunidade disciplinar de Ciências da Natureza, parece-nos importante analisar os deslocamentos sofridos por tais termos quando saem dos documentos oficiais e passam a circular no âmbito acadêmico. É nesse movimento, portanto, que produzimos esse trabalho, percebendo que o mesmo irá se desdobrar em inúmeras outras análises, que aprofundem e diversifiquem os nossos olhares para os sentidos de *integração curricular* que são produzidos e fixados na comunidade disciplinar de Ciências da Natureza.

Referências

BALL, S. J. BOWE, R. The policy processes and the processes of policy. In: BALL, S.J.; BOWE, R.; GOLD, A. Reforming education and changing schools: case studies in policy

sociology. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1992.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em 05 julho 2013.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMT, 1998.

BRASIL. Programa Ensino Médio Inovador. Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ensino_medioinovador.pdf>. Acesso em 02 de agosto de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara e Educação Básica. Resolução nº 2 de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf> Acesso em 09 de janeiro de 2016.

BRASIL. Programa Ensino Médio Inovador – Documento Orientador. Brasília: MEC/SEB, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf>. Acesso em 02 de agosto de 2015.

FERREIRA, M. S. A história da disciplina escolar Ciências no Colégio Pedro II (1960-1980). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FE/UFRJ, 2005.

FERREIRA, M. S.. História do Currículo e das Disciplinas: apontamentos de pesquisa. In: André Márcio Picanço Favacho; José Augusto Pacheco; Shirlei Rezende Sales. (Org.). Currículo, conhecimento e avaliação: divergências e tensões. 1ed. Curitiba: CRV, 2013, v. , p. 75-88.

FERREIRA, M. S.. História do Currículo e das Disciplinas: produzindo uma abordagem discursiva para investigar a formação inicial de professores nas Ciências Biológicas. In: Miriam Soares Leite; Carmen Teresa Gabriel. (Org.). Linguagem, Discurso, Pesquisa e Educação. 1ed.: DePetrus/FAPERJ, 2015, v. , p. 265-284.

FISCHER, R. M. B. Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 8a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso – aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola, 2012b.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOODSON, I. F. Currículo: Teoria e História. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOODSON, I. F. A Construção Social do Currículo. Lisboa: Educa, 1997.

HOBBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSBAWM, E. & RANGER, T. (orgs.) A Invenção das Tradições. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (p. 09-23).

JAEHN, L.; FERREIRA, M. S. Perspectivas para uma História do Currículo: as contribuições de Ivor Goodson e Thomas Popkewitz. Currículo sem Fronteiras, 12(3), 256-272, 2012.

LOPES, A. C. Conhecimento escolar: Ciência e Cotidiano. EdUERJ, 1999.

LOPES, A. C. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? Revista Brasileira de Educação. n.26, p.109-118, 2004.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de

políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.27, n.94, abril 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100003&Ing=en&nrm=iso. Acesso em 04 junho 2013.

POPKEWITZ, T. S. Lutando em defesa da alma: a política do ensino e a construção do professor. Porto Alegre: Artmed, 2001.

POPKEWITZ, T. S. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, T. T. (org). O sujeito da educação: Estudos Foucaultianos. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SANTOS, A. V. F. Investigando a disciplina escolar Educação Ambiental em Armação dos Búzios, RJ: entre histórias e políticas de currículo. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FE/UFRJ, 2010.

SOBREIRA, S. Disciplinarização da Música e produção de sentidos sobre Educação Musical: investigando o papel da ABEM no contexto da lei n 11.769/2008. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FE/UFRJ, 2012a.

SOBREIRA, S. A disciplinarização do ensino de Música e as contingências do meio escolar. *Per Musi*, Belo Horizonte, n.26, 2012, p.121-127, 2012b.

SOMMER, L. H. A ordem do discurso escolar. *Revista Brasileira de Educação*. V.12, n. 34, 2007.